

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

## PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2024 - PREF DISPENSA ELETRÔNICA Nº 010/2024 - PREF

### 1. PRÊAMBULO

1.1 O Município de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ nº 01.612.88/0001-86, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, leva ao conhecimento dos interessados a realização da **DISPENSA** na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento do tipo "**MENOR PREÇO POR LOTE**" a ser conduzido pelo Condutor do Processo na Plataforma BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, e julgado pela Comissão de Contratação, nomeados pela **Portaria 617/2024 de 01 de julho de 2024.** 

### 1.2 BASE LEGAL:

- a) Lei nº 14.133/2021, art. 75, II
- b) Lei Complementar nº 123/2006;
- c) Legislação Municipal.

#### 1.3 DATA E LOCAL DE CADASTRAMENTO DE PROPSOTAS:

- I CADASTRO DE PROPOSTAS INICIAIS: De 22/08/2024 as 08h15min até às 08h15min do dia 28/08/2024.
- II ABERTURA DE PROPOSTAS INICIAIS: a partir das 08h15min até as 08h45min, do dia 28/08/2024.
- III INÍCIO DISPUTA: a partir das 08h45min do dia 28/08/2024, por decisão do condutor do processo.
- IV LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil BLL: www.bll.org.br

### 2. OBJETO:

- 2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA VIÁRIA PARA REFORMA/REVITALIZAÇÃO ASFÁLTICA DA MALHA VIÁRIA DE ACESSO PRIMÁRIO AO MUNICÍPIO AO LONGO DAS RUAS SC 423 OVÍDIO DAMASO DA SILVEIRA E ESTANISLAU SCHUMANN NUMA EXTENSÃO DE APROXIMADAMENTE 4.800 METROS.
- **2.2** O objeto está fundamentado no Termo de Referência **ANEXO I** deste edital.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### 3. REGRAS DE PARTICIPAÇÃO:

- 3.1 O fornecedor concorda com todos os termos deste aviso de contratação direta;
- **3.2** O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de qualquer ato;
- **3.3** O fornecedor interessado encaminhará a proposta com a descrição do objeto ofertado, com a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos neste aviso;
- **3.4** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertado, vinculam o fornecedor;
- **3.5** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;
- **3.6** Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;
- **3.7** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses;
- 3.8 Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente;
- 3.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o documento de formalização de demanda, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição;
- **3.10** O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 3.11 É possível a participação de consórcio (art. 15 da Lei nº 14.133/2021);



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

- 3.12 É possível a participação de sociedade cooperativa (art. 16 da Lei nº 14.133/2021).
- **a)** Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/2021;
- **b)** Serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488/2007.
- **3.13** Lei Complementar nº 123/2006: para obtenção dos benefícios, conforme art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, o fornecedor deverá apresentar declaração que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II).

### 4. VALOR DA CONTRATAÇÃO:

4.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 87.500,00 (Oitenta e sete mil e quinhentos reais).

## 5. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

**5.1** As despesas decorrentes deste processo de dispensa correrão por conta de dotação orçamentaria próprias, consignada no orçamento municipal para o exercício corrente, na seguinte rubrica:

### DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto Atividade 2.023 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos

78 - 3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 1.706.3110.0969 - EMENDAS ESPECIAIS FEDERAL

## 6. ENTREGA/EXECUÇÃO DO OBJETO:

**6.1** Os serviços, após a emissão da ordem de serviço, deverão ser entregues no prazo máximo de 120 dias, conforme cronograma a seguir:

Execução Produto Análise / Aprovação /Correção



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### Fase 1: Entrega dos estudos topográficos e estudos geotécnicos;

• Esta etapa corresponde a 30% do total dos serviços contratados, devendo estar concluído em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será remunerada conforme:

- a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e estudos geotécnicos, no prazo de 30 dias a contar da Ordem da Serviço.
- a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se fizerem necessárias, no prazo de 45 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

### Fase 2: Projeto Geométrico Básico;

- Esta etapa corresponde a 15% do total dos serviços contratados, devendo estar concluído em até 80 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será remunerada conforme:
- a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega do Projeto Geométrico Básico, no prazo de 65 dias a contar da Ordem da Serviço.
- a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se fizerem necessárias, no prazo de 80 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de análise. Prazo de análise: 5 dias. Prazo paracorreção: 10 dias.

### Fase 3: Entrega dos Projetos Básicos e demais serviços;

- Esta etapa corresponde a 30% do total dos serviços contratados, devendo estar concluído em até 140 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será remunerada conforme:
- a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e estudos geotécnicos, no prazo de 125 dias a contar da Ordem da Serviço.
- a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se fizerem necessárias, no prazo de 140 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

THE RESIDENCE OF THE PARK OF T

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Fase 4: Projetos Executivo inclusive geométrico e complementares e demais serviços

contratados;

Esta etapa corresponde a 25 % do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 180 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será

remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e

estudos geotécnicos, no prazo de 165 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 180 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Para as fases 1 e 4, obedecer exclusivamente a este Termo de Referência. Para as entregas

das fases 2 e 3 devesse atentar também para a Orientação Técnica OT – IBR 001/2006, quanto

aos requisitos mínimos dos projetos básicos a serem entregues, caracterizando assim a

entrega por parte da contratada do Projeto Básico completo.

Fase 5:

Após a entrega e aprovação de todos os serviços contratados será emitido Termo de

Recebimento Provisório no prazo de 30 dias.

7. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO:

7.1 A proposta de preços deverá conter declaração de que a proposta compreende a

integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na

Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas

de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das

propostas, sob pena de desclassificação (art. 63, § 1º);

**7.2** Sendo apresentada proposta igual à outra, prevalece a que for apresentada primeiro;

7.3 Será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação;

- **7.4** No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas, sendo encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pelo Município;
- **7.5** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- **7.6** Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação;
- **7.7** Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor negociado, acompanhada de documentos complementares, se necessários;
- **7.8** Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora;
- 7.9 Será desclassificada a proposta vencedora que (Lei nº 14.133/2021, art. 59):
  - a) Contiver vícios insanáveis;
- **b)** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos:
- **c)** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - d) Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Município;
- **e)** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- **7.10** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços que:



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

a) For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- **b)** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes;
- **7.11** O Município poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada (art. 59, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
- **7.12** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do objeto.
- **7.13** Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação;
- **7.14** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 8. HABILITAÇÃO:

- **8.1** Os documentos para fins de habilitação serão solicitados do fornecedor mais bem classificado, nos termos do **Anexo IV** deste presente instrumento, que terá prazo máximo de 2 (duas) horas para encaminhamento dos documentos juntamente com a proposta atualizada;
- **8.2** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- a) Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;
- **b)** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

8.3 O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro

item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é,

somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e

assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis;

8.4 Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não

apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o

estabelecido neste aviso;

8.5 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o Município

examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a

apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de

habilitação.

**8.6** Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

9. VERIFICAÇÃO DE IMPEDIMENTOS:

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora

da proposta classificada em primeiro lugar, a Comissão de Contratação verificará o eventual

descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção

que impeça a sua participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos

seguintes cadastros:

I - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional

de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União

(https://certidoes.cgu.gov.br/)

**9.1.1.** A consulta aos Cadastros acima será realizada em nome da empresa licitante e

também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n. 8.429/1992 que prevê, dentre as

sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição

de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio

majoritário.

9.1.2. Constatada a existência de sanção, a Comissão de Contratação reputará a

licitante inabilitada, por falta de condição de participação.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

**10.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo de contratação direta será encaminhado à autoridade superior para aplicação do art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

#### 11. PAGAMENTO:

- **11.1** No dever de pagamento pela Administração Pública Municipal, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos (art. 141, *caput* da Lei nº 14.133/2021):
  - I Fornecimento de bens;
  - II Locações;
  - III Prestação de serviços;
  - IV Realização de obras.
- **11.2** A ordem cronológica poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração Pública Municipal e ao Tribunal de Contas de Santa Catarina TCE/SC, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º da Lei nº 14.133/2021):
  - I Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- **II -** Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- III Pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato:
- IV Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;
- **V** Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

**11.3** A inobservância imotivada da ordem cronológica ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização (art. 141, § 2º da Lei nº 14.133/2021).

- **11.4** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento (<u>art.</u> 143 da Lei nº 14.133/2021).
- **11.5** Não será permitido pagamento antecipado, parcial ou total (art. 145, caput da Lei nº 14.133/2021).
- **11.6** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a certificação da Nota Fiscal Eletrônica NF-e correspondente à solicitação, mediante transferência na conta corrente da contratada ou emissão de boleto bancário.
- **11.6.1** Na opção pela transferência bancária para instituição financeira diversa daquela em que estiver depositado o recurso público, caberá à registrada arcar com as despesas da TED/DOC/PIX.

### 12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS;

- **12.1** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações cometidas (art. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021):
  - I Dar causa à inexecução parcial do Contrato;
- II Dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano à
   Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - III Dar causa à inexecução total do Contrato;
  - IV Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **V -** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **VI -** Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **VII -** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- **VIII -** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

- IX Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;
- **X** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **12.2** Pelo cometimento das infrações indicadas no anterior, serão aplicadas as seguintes penalidades:

Advertência (art. 156, § 2º).	Item I  Obs. 1: Aplicada exclusivamente em razão de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;  Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Multa de 5%	Qualquer infração ( <u>art. 156, § 3º</u> ).
Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Palmitos-SC, pelo prazo máximo de 3 (três) anos (art. 156, § 4°).	Itens II, III, IV, V, VI e VII  Obs. 1: Quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.  Obs. 2: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos (art. 156, § 5º).	Itens VIII, IX, X, XI e XII  Obs. 1: Pode ser aplicada cumulativamente com multa (art. 156, § 7º).

- **12.3** Na aplicação das sanções serão considerados os dispositivos <u>art. 156, § 1º da Lei nº</u> 14.133/2021.
- **12.4** Para aplicação das sanções gerais utilizados os dispositivos dos <u>arts. 156, § 6º, I, 157 e</u> 158 da Lei nº 14.133/2021.
- **12.5** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração Pública Municipal ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133/2021).



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

**12.6** A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal (art. 156, § 9º da Lei nº 14.133/2021).

- **12.7** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133/2021).
- **12.8** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133/2021).
- **12.9** A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).
- **12.10** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista no quadro do item 21.2 (art. 162 da Lei nº 14.133/2021).
- **12.11** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na <u>Lei nº 14.133/2021 (art. 162, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021).</u>
- **12.12** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante o Município de Bela vista doToldo-SC, exigidos, cumulativamente (art. 163 da Lei nº 14.133/2021):
  - I Reparação integral do dano causado à Administração Pública Municipal;
  - **II -** Pagamento da multa;



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

- **III -** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - IV Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- **V** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste item.
- **12.13** A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII (Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato) e XII (<u>Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013</u>) do item 21.1 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável (<u>art. 163, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021)</u>

### 13. DISPOSIÇÕES FINAIS:

- **13.1** Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a dispensa de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:
- I Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
- II Página do Município de Bela Vista do Toldo/SC (https://www.pmbvt.sc.gov.br/licitacoes/);
  - III Diário Oficial dos Municípios DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).
- **13.2** Também deve ser divulgado nos mesmos meios de divulgação, em até 10 dias úteis a partir da data da assinatura: Contrato Administrativo.
- **13.3** As questões decorrentes das previsões desta contratação que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro da Canoinhas/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Bela Vista do Toldo/SC, 21 de agosto de 2024.

**VALDECIR KRAUSS** 

Prefeito Municipal



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### **ANEXO I**

TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA VIÁRIA PARA RECUPERAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DO ACESSO AO MUNICIPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### Conteúdo

1.0	OBJETO	3
2.0	DESCRIÇÃO DO PROJETO	3
2.1	CARACTERÍSTICAS BÁSICAS POR TRECHOS	3
2.2	SERVIÇOS A CONTRATAR	5
2.3	CONSIDERAÇÕES GERAIS	5
3.0	PLANO DE EXECUÇÃO	6
4.0	ORÇAMENTOS	6
5.0	CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	
6.0	RESPONSABILIDADE TÉCNICA	7
7.0	PADRÕES DE APRESENTAÇÃO	7
8.0	EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA	10
9.0	ACOMPANHAMENTO E ENTREGA DOS SERVIÇOS	
9.1	PRAZO PARA ENTREGA DOS SERVIÇOS	10
9.2	ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS	11
10.0	ORGANIZAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA DA CONTRATADA	ROTEIRO
	DLÓGICO PARA DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS E PROJETOS DE EN	
CAPÍTUL	O I – INFRAESTRUTURA VIÁRIA	
1.0	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS	
1.1	INFRAESTRUTURA VIÁRIA	
1.2	PLANIMETRIA	
1.3	ALTIMETRIA	_
1.4	TRANSPORTE DE COORDENADAS	
1.5	ESTUDOS DE TRÁFEGO	
2.0	ESTUDOS GEOTÉCNICOS	
2.1	INFRA ESTRUTURA VIÁRIA	
3.0	MEMÓRIA JUSTIFICATIVA	
3.1	INFRA ESTRUTURA VIÁRIA	
4.0	PROJETOS	
4.1	INFRA ESTRUTURA VIÁRIA	
5.0	ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR	
	ANEXO I - DIRETRIZES PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO	
	ANEXO II - DIRETRIZES PROJETOS DE PAISAGISMO	32



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### 1.0 OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de estudos e de projeto executivo de engenharia viária para reforma/revitalização asfaltica da malha viária de acesso primário ao municipio ao longo das ruas SC – 423 Ovidio Damaso da Silveira e Estanislau Schumann numa extesão de aproximadamente 4.800 metros:

Identificação de área para elaboração do projeto:



Elaboração de projeto para revitalização de pavimento asfáltico de acesso ao Município de Bela Vista do Toldo - SC. Figura 1.0 – Localização Geral (Fonte: Google Earth).



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

### 2.0 DESCRIÇÃO DO PROJETO

### 2.1 Características Básicas do Trecho

O projeto de reforma/revitalização asfaltica tem as seguintes características:

- Via: SC 423 Ovídeo Damaso da Silveira, acesso primário ao município, com início do Portal Turístico de entrada.
- Via: Rua Estanislau Schumann, continuidade de SC 423, até a Ponte sobre o Rio Bela
   Vista, centro urbano do município.
- Extensão total aproximada de 4.800 metros.

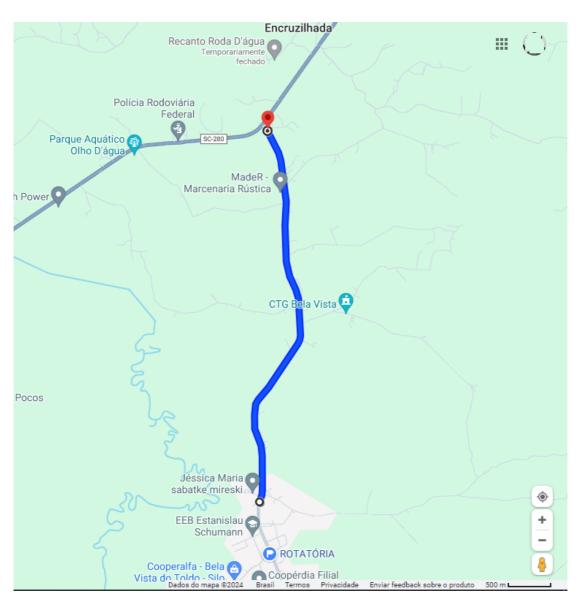


Figura 2.0 – Localização Geral (Fonte: Google Maps).



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

### 2.2 Serviços a Contratar

A presente contratação compreende os seguintes serviços:

- Projetos viários de engenharia:
- estudos topográficos
- estudos de tráfego compatibilizados com os estudos da PMBVT
- estudos geotécnicos/geológicos
- estudos hidrológicos
- estudos de interferências
- memória justificativa
- projeto geométrico
- projeto de interseções, retornos e acessos
- projeto de drenagem
- projeto de Pavimentação e ou reabilitação de pavimentos.
- projeto de Sinalização Viária (Horizontal e Vertical) Pontos de Parada de Transporte

#### Coletivo

- Orçamento; cronogramas; especificações; quantidades e custos
- Plano de execução de obras
- Relatórios

O desenvolvimento dos projetos deverá balizar-se pelas definições do Roteiro Metodológico para Desenvolvimento de Estudos e Projetos de Engenharia Viária, parte integrante deste Termo de Referência.

### 2.3 Considerações Gerais

A elaboração e execução do projeto executivo deverão ser efetuadas nas formas:

- Implantação em etapa única, de forma completa,
- Implantação em duas etapas, sendo a primeira de restauração e adequação do pavimento existente com projeto paisagístico específico, incluindo as definições para demais trechos e subtrechos; e a segunda etapa com a implantação
- Deverá haver a compatibilização deste projeto com os outros projetos

# HOLDING TOWN TOWN

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- Levantamento topográfico cadastral com projetos de subdivisão/desapropriação decorrentes dos projetos de engenharia viária para quaisquer dos terrenos atingidos;
- Apresentação dos estudos, projetos, memórias justificativas, plano de execução, orçamentos e cronograma físico financeiro individualizados por itens, conforme planilha acima.
- Obedecer no processo de elaboração, na apresentação e no conteúdo as Normas Técnicas Brasileiras.
- Normas e instruções do DNIT e ou DER-SC.
- Orientação Técnica OTIBR 001/2006 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP.
- Demais dispositivos legais de Referencia
- Exigências Ambientais.

### 3.0 PLANO DE EXECUÇÃO

Deverá ser elaborado um plano de execução considerando a alternativa que cause o mínimo de transtorno aos moradores e ao sistema viário tendo em vista a implantação em uma ou duas etapas. Será definido através de texto explicativo e conterá no mínimo os seguintes itens, compatibilizados com o cronograma:

- Definição da circulação de veículos no sistema viário;
- Definição da circulação de pedestres e veículos;
- Etapas construtivas;
- Ações em relação às interferências existentes no local (elétrico, água, esgoto, telefone, fibra ótica, árvores, gás, etc.);
- Relação do equipamento mínimo previsto para a execução dos serviços;
- Cronograma de utilização dos equipamentos;
- Relação de pessoal técnico necessário para a execução dos serviços.
- Orçamento.
- Cronograma físico financeiro.
- Memorial Descritivo
- Especificações Técnicas Necessárias.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

4.0 ORÇAMENTOS

Para a elaboração do orçamento das obras, todos os serviços constantes do quadro de

quantidades devem ser objeto de especificação e conter os seguintes elementos:

**a.** Discriminação detalhada dos diferentes tipos de materiais e serviços, contendo

parâmetros que possibilite a sua correta identificação nas usuais planilhas orçamentárias de

obras viárias;

**b.** Registro das quantidades de materiais e serviços estimados para a execução das

obras (orçamento morto);

c. Registro dos preços unitários. Deverão ser adotados os preços unitários segundo a

Tabela de Preço da Prefeitura de Curitiba ou SINAPI. Para o caso de eventuais preços não

constantes destas tabelas, a projetista deverá utilizar preços constantes da tabela do DER-Pr,

e, na ausência destes, efetuar sua composição e apresentar em anexo, com detalhes e

parâmetros adotados.

d. Os orçamentos deverão ser apresentados segundo trechos, conforme venha a ser

recomendado pela PMBVT e trazer em detalhe a composição de custos em planilha padrão

DER.

e. Deverá ser apresentado orçamento geral das obras que se resume nos orçamentos

individuais de trechos ou segmentos.

f. Para os itens mais dispendiosos do orçamento, ou seja, para aqueles que no seu

conjunto correspondem, no mínimo, a 80% do valor total das obras, a projetista deverá

realizar uma avaliação dos custos resultantes da aplicação dos preços da tabela da Prefeitura

de Curitiba ou SINAPI e os custos reais de mercado (cotação de mercado), destacando

eventuais distorções.

5.0 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Deverá ser elaborado o cronograma para execução da obra coerente com o seu grau de

complexidade.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

### 6.0 RESPONSABILIDADE TÉCNICA

O recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao CREA/SC, ficará a cargo do Contratado, sendo indispensável e obrigatória a apresentação na ocasião da entrega

dos projetos.

Os orçamentos, cronogramas, memoriais descritivos e especificações técnicas confeccionados também deverão ter o recolhimento das Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Órgão Competente.

**Obs.:** Somente será caracterizada a entrega total dos serviços, se tal entrega vier acompanhada da respectiva ART, devidamente quitada.

### 7.0 PADRÕES DE APRESENTAÇÃO

O volume deve conter a seguinte estrutura:

- a) ÍNDICE
- b) APRESENTAÇÃO
- Identificação da Empresa;
- Identificação da PMBVT;
- Identificação do Projeto;
- Identificação da Via;
- Identificação dos pontos Inicial e Final do Projeto;
- Identificação do Volume e do Relatório;
- Lote de Construção/Extensão;
- Dados Contratuais (número, data assinatura e da ordem de serviço, prazo contratual)

O projetos deverá ser elaborado e apresentado de forma precisa e completa, limpa e clara e deverá conter todos os elementos necessários para a perfeita compreensão e entendimento das soluções adotadas.

c) APRESENTAÇÃO GRÁFICA E FORMATO: Os desenhos deverão obedecer aos

# DE OUT OF TISTE OF TOTAL TORK

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

### seguintes padrões:

- Modelo de prancha A1 (regra geral para todos os projetos).
- Os textos deverão ser de tamanho A4 com formatação segundo as normas da ABNT,
   letra Arial 12, espaço 1. A impressão deverá ser feita em impressora com definição mínima de
   300 DPI.
- Os desenhos de anexos ao memorial descritivo deverão ser preferencialmente em A3.
- **d)** ARQUIVOS DIGITALIZADOS: Os estudos e desenhos deverão ser entregues da seguinteforma:
- Em arquivos dwg ou similar e em arquivos tipo PDF. Os arquivos com saída em dwg ou similar poderão ser elaborados em outros aplicativos;
- Entregues em mídia digital;
- Um jogo de projetos plotado e assinado para revisão final e com a provação definitiva do projeto aprovado pela PMBVT;
- Os textos em .doc ou aplicativo similar;
- As planilhas em .xls ou aplicativo similar. Todos os memoriais descritivos, as pranchas, as relações de materiais ou qualquer outro material necessário à compreensão do projeto, deverão ser editados de forma que sejam perfeitamente legíveis em impressões monocromáticas. Os arquivos deverão ter a seguinte organização na mídia digital:
- Pasta com o nome da obra;
- Subpasta por tipo de projeto. A nomenclatura dos arquivos deverá obedecer a seguinte estrutura: Código do arquivo\_Nº\_prancha\_Conteúdo resumido, a exemplo: GEO\_01\_Trecho xx.

NOME DO PROJETO	CODIGO	NUMERAÇAO
Estudos Topográficos	TOPOG	T.01.xx
Projeto de Desapropriação	DESAP	Dp.01.xx

Os tipos de projetos deverão obedecer a seguinte codificação:

NOME DO PROJETO CÓDIGO NUMERAÇÃO



CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br
E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Relatório	RELAT	Χ
Memorial Descritivo	MEMO	Χ
Plano de Execução da Obra	PLANO	Χ
Estudos Topográficos	TOPOG	Χ
Estudos Geotécnicos	GEOTE	Χ
Estudos Hidrológicos	HIDRO	Χ
Projeto Geométrico	GEOME	01/XX
Projeto de Drenagem e OAC	DRENA	01/XX
Projeto de Terraplenagem	TERRA	01/XX
Projeto de Pavimentação	PAVIM	01/XX
Projeto de Paisagismo	PAISA	01/XX
Projeto de Iluminação	ILUMI	01/XX
Projeto de Sinalização Semafórica	SEMAF	01/XX
Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical	SINAL	01/XX
Projeto de Desapropriação	DESAP	01/XX
Projeto de Obras de Artes Especiais	OAEPT	01/XX
Projeto de Obras Complementares	COMPL	01/XX
Orçamento	ORÇAM	Χ
Cronograma de Obras	CRONO	Χ
Planilha de Composição de Preços Unitários	PLANI	X

### OBS.: XX representa o número da última prancha do projeto.

Se possível os arquivos não deverão ser entregues compactados (ZIP, ARJ, etc.).

Os arquivos tipo dwg ou similar deverão conter, o arquivo das penas utilizadas, prefixos dos nomes dos layers, a codificação da tabela acima, facilitando a compatibilização dos projetos.

### e) VOLUME DE ENTREGA

Os volumes de entrega deverão ser montados conforme padrão fornecido, pela PMBVT, com a seguinte ordem:

Folha título;

# Til Cal Colon do Total

# ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

- Ficha técnica;
- Índice;
- Mapa de situação (escala 1:20.000)
- Mapa geral da rua (1:1.000 indicando o trecho da rua em projeto.
- Relatório;
- Plano de Execução da Obra;
- Projeto Geométrico;
- Projeto de Drenagem; e OAC
- Projeto de Terraplenagem;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Paisagismo;
- Projeto de Iluminação;
- Projeto de Sinalização Horizontal e Vertical;
- Projeto de Obras Complementares;
- Orçamento;
- Cronograma de Obras;
- Planilhas de Composição de Preços Unitários.

O memorial descritivo deverá ser entregue em volume encadernado com espiral e capa, e sua elaboração deverá seguir as orientações contidas no Roteiro Metodológico para Desenvolvimento dos Estudos e Projetos de Engenharia Viária, parte integrante deste Termo de Referência.

### 8.0 EQUIPE TÉCNICA MÍNIMA

A empresa contratada deverá possuir equipe técnica capacitada em seu quadro funcional e acervo/habilitação comprovada para exececução de serviços na complexidade do objeto a ser contratado.

### 9.0 ACOMPANHAMENTO E ENTREGA DOS SERVIÇOS

### 9.1 Prazo para Entrega dos Serviços

Os serviços, após a emissão da ordem de serviço, deverão ser entregues no prazo máximo de 120 dias, conforme cronograma a seguir:

1000 Old Visia do rode

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Execução Produto Análise / Aprovação /Correção

Fase 1: Entrega dos estudos topográficos e estudos geotécnicos

Esta etapa corresponde a 30% do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa

será remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e

estudos geotécnicos, no prazo de 30 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 45 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Fase 2: Projeto Geométrico Básico

Esta etapa corresponde a 15% do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 80 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será

remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega do Projeto Geométrico

Básico, no prazo de 65 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 80 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

análise. Prazo de análise: 5 dias. Prazo para correção: 10 dias.

Fase 3: Entrega dos Projetos Básicos e demais serviços

Esta etapa corresponde a 30% do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 140 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será

remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC

Página 25 de 77



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

estudos geotécnicos, no prazo de 125 dias a contar da Ordem da Serviço.

• a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se fizerem necessárias, no prazo de 140 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Fase 4: Projetos Executivo inclusive geométrico e complementares e demais serviços

contratados

• Esta etapa corresponde a 25 % do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 180 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será

remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e

estudos geotécnicos, no prazo de 165 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 180 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Para as fases 1 e 4, obedecer exclusivamente a este Termo de Referência. Para as entregas

das fases 2 e 3 devesse atentar também para a Orientação Técnica OT – IBR 001/2006,

quanto aos requisitos mínimos dos projetos básicos a serem entregues, caracterizando assim

a entrega por parte da contratada do Projeto Básico completo.

Fase 5:

Após a entrega e aprovação de todos os serviços contratados será emitido Termo de

Recebimento Provisório no prazo de 30 dias.

9.2 Acompanhamento dos Serviços

A fiscalização do serviço será feita pelo departamento de Engenharia Municipal, designando-

se a Engenheira Civil Municipal a Servidora Fernanda Rusque de Siqueira para o

Acompanhamento e Fiscalização por parte da PMBVT/SC, a quem caberá o fornecimento dos

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.l">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.l</a>

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

elementos para desenvolvimento dos serviços, o recebimento dos serviços e a aprovação dos

serviços realizados.

10.0 ORGANIZAÇÃO MÍNIMA REQUERIDA DA CONTRATADA

A empresa contratada deverá possuir equipe técnica capacitada em seu quadro funcional e

acervo/habilitação comprovada para exececução de serviços na complexidade do objeto a

ser contratado.

Estar apta e disponível a atendender a possiveis solicitações de correções, aperfeiçoamentos

nos docuemntos apresentados.

ROTEIRO METODOLÓGICO PARA DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS E PROJETOS

DE ENGENHARIA VIÁRIA

**APRESENTAÇÃO** 

Na elaboração do Roteiro Metodológico para Desenvolvimento dos Estudos, Projetos Básicos

e Executivos de Engenharia foram observadas, principalmente as seguintes normas e

legislações:

NBR 9050/2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços equipamentos

urbanos;

NBR 5410/2004 e normas da ANATEL – Projetos de Instalações Elétricas e

complementares;

NBR 5626/1998, NBR 8160/1999, NBR 10844/1989 e normas da CASAN - Projeto

Hidráulico e complementares;

Caderno de Encargos para Elaboração de Projetos do DNIT. Orientação Técnica

IBRAOP OT - IBR 001/2006.

Diretrizes Básicas para Elaboração de Estudos e Projetos Rodoviários – DNITISC e

demais Resoluções ou legislações pertinentes.

Todos os projetos deverão ser elaborados em conformidade com as diretrizes fornecidas, as

normas da ABNT e com a Legislação vigentes. Os projetistas deverão prestar assistência,

sempre que requisitados, durante a implantação dos projetos e em qualquer outro momento

em que houver dúvida a respeito do serviço contratado.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC

Página 27 de 77



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

### CAPÍTULO I – INFRAESTRUTURA VIÁRIA

### 1.0 ESTUDOS TOPOGRÁFICOS

#### 1.1 Infraestrutura Viária

Os Estudos Topográficos se desenvolverão de acordo com as definições da diretriz do projeto.

Deverão ser obedecidas as normas técnicas atualizadas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), especialmente a NBR 13133.

A execução desses estudos deverá ser feita empregando-se estação total e compreende asseguintes etapas:

- a. locação do eixo;
- **b.** nivelamento e contranivelamento do eixo de locação;
- c. seções transversais;
- d. amarração dos pontos notáveis;
- e. cadastro;
- **f.** levantamento das interferências Públicas pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo e pelas concessionárias de serviço público.

### 1.2 Planimetria

O eixo deverá ser marcado e materializado de 20 em 20 metros, através de sistema que maisse adeque às condições da via. Deverão ser cadastrados:

- os alinhamentos prediais;
- as divisas de lotes, numeração predial e tipo de edificação;
- as entradas de garagem e guias rebaixadas;
- as árvores e respectivos diâmetros;
- os postes, torres e respectivos diâmetros e dimensões;
- meio fio, bueiros, valas e fundos de vale;
- caixas de inspeção (Celesc, Casan, Prefeitura e demais concessionárias e usuários da via pública).



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

• o tipo de revestimento existente entre o meio fio e o alinhamento predial, especificando

o tipo de pavimento, as dimensões e seu posicionamento;

o mobiliário urbano (abrigos de ônibus, floreiras, lixeiras, telefone público, bancos,

etc.);

demais ocorrências que possam interferir na elaboração dos projetos.

O cadastro deverá ser efetuado nas vias ao longo dos respectivos eixos e 50 (cinqüenta)

metros à esquerda e à direita das vias transversais. O cadastro deverá estar apoiado a uma

poligonal, que será orientada ao Norte Magnético, sendo referenciado a um sistema de

coordenadas UTM.

Cuidado especial deverá ser dado no levantamento de todas as interferências existentes no

trecho, tais como, adutoras, redes de fibras óticas, tubulações de gás, etc. A plotagem das

interferências em desenho, sempre que possível deverá ser em escala, quando não, o centro

da interferência (real) deverá coincidir com o centro no desenho.

1.3 Altimetria

Deverá conter levantamento do perfil longitudinal do eixo das ruas em todos os seus

respectivos trechos bem como numa extensão de cinquenta metros à esquerda e à direita

dos eixos das vias transversais.

Deverá conter, também, pontos de nivelamento das entradas de garagens, caixas de

inspeção, galerias (extremidades). A cota inicial deverá ser referida a 01 (um) marco oficial.

Deverão ser levantadas seções transversais em todas as estacas.

Deverão ser levantados perfis dos acessos residenciais quando a garagem, em decorrência

do projeto, ficar localizada a uma cota de 1,25m acima ou abaixo do nível da calçada. Nos

casos em que houver fundos de vale que cruzem a via e for necessária a execução de galeria

celular o levantamento deverá ser feito 100,00 (cem) metros à jusante e a montante ao longo

do eixo do fundo de vale. Deverão ser fornecidas cópias de todas as anotações de campo

tanto planimétricas quanto altimétricas, cópias dos cálculos planimétricos (coordenadas da

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC DE ON TIETE AD TOLLO

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

poligonal e dos pontos cadastrados) e altimétricos (implantação do RN, nivelamento dos eixos).

Os desenhos deverão ser apresentados nas seguintes escalas:

Planimétrico 1:500

Altimétrico 1:500 (horizontal)

1:50 (vertical)

O estudo deverá ser referenciado a um sistema de coordenadas UTM fornecido pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

### 1.4 Transporte de coordenadas

Será obrigatório transporte de coordenadas utilizando como base a Rede de Referência Cadastral Municipal. As monografias dos marcos existentes devem ser adquiridas na Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Quando da não existência de marcos na área a ser levantada, deverá ser materializado, no mínimo, os dois pontos iniciais da poligonal principal, e determinar suas coordenadas x, y, z utilizando a tecnologia GPS com sistema de coordenadas SAD69 (IBGE) e do Datum Altimétrico Imbituba SC projetados em UTM. A distância entre eles devem ser a maior possível, tendo intervisibilidade.

A aparelhagem deve ser constituída por rastreadores de sinais de satélite GPS, conforme as seguintes características:

- receptores devem ser do tipo geodésico;
- freqüência L1 ou L1/L2;
- levantamento diferencial estático pós processado;
- seções de observação de no mínimo 40 minutos;
- observação contínua de no mínimo 5 satélites durante toda a seção de rastreio;
- máscara de elevação igual a 15°;
- linha de base máxima de 20 km;
- deverá ser usado dispositivo para medir a altura do instrumento com resolução milimétrica;

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC 1801 Old Vigo of Old 1984

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

No processamento:

utilizar a altitude geométrica da BASE,

utilizar no processamento GPS efemérides precisas RAPID ou FINAL (NGS)

http://www.ngs.noaa.gov/orbits/prod/),

utilizar correção de fase da antena utilizada (NGS http://www.ngs.noaa.gov/ANTCAL/),

relatório de processamento completo;

monografia dos marcos, conforme modelo anexo B, informando as coordenadas em

projeção UTM;

arquivos brutos e no formato RINEX da BASE e do ROVER;

especificação técnica dos equipamento utilizados;

relatório técnico descrevendo a metodologia de campo e dos processamentos dos

dados e eventuais justificativas. Para nomenclatura dos marcos, consultar a PM de

Bela Vista do Toldo.

1.5 Estudos de Tráfego

O desenvolvimento dos Estudos de Tráfego objetiva avaliar o comportamento do tráfego que

utiliza a via, por sub trecho homogêneo, durante o período de vida útil. Para efeito deste

escopo, entende-se por sub trecho homogêneo aquele que possui as mesmas características

geométricas e os mesmos volumes e composições de tráfego.

Devem ser seguidas, no que couber, as recomendações contidas na IS201, do DNIT,

destacando-se as seguintes:

a. Contagens volumétricas, direcionais e classificatórias, realizadas em locais

previamente aprovados pelo gerente/coordenador do projeto e com durações de:

Nos segmentos de projeto: sete dias consecutivos, durante 24 horas, realizadas em

pontos que caracterizem as variações do tráfego do segmento rodoviário em estudo. A critério

da PM de Bela Vista do Toldo, poderá ser autorizada à realização de contagens com duração

de três dias consecutivos, durante 24 horas;

Nos entroncamentos e interseções: três dias consecutivos, durante um período mínimo

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000

# THE SECOND STATE OF THE SE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

de oito horas, nos pontos correspondentes às interseções ou entroncamentos importantes existentes no segmento, para a determinação dos respectivos movimentos.

- **b.** Pesquisas de origem e destino: devem ser realizadas sempre que houver a possibilidade de se captar tráfego desviado. Os locais destas pesquisas devem ser estrategicamente determinados e aprovados pelo gerente/coordenador do projeto, tendo duração de 7 dias, com um mínimo de 12h diárias, abrangendo o período de maior movimento.
- **c.** Pesagem de veículos comerciais: na falta de dados de pesagem, deve ser feita pesquisa de ocupação de veículos de carga, por meio de entrevistas, sendo procedidas pesquisas de cargas por eixo, com duração mínima de 2 dias. Também, como no caso das pesquisas de origem e destino, devem ter um mínimo de 12h diárias, abrangendo o período de maior movimento dos veículos de carga.
- **d.** Processamento dos dados para o conhecimento do tráfego existente no segmento rodoviário, assim como do tráfego desviado ou gerado em consequência da implantação do projeto.
- **e.** Na obtenção dos fatores de sazonalidade, devem ser utilizados dados existentes provenientes de contagens volumétricas classificatórias realizadas num período mínimo de um ano. De preferência, estas contagens devem ter sido realizadas no próprio segmento em estudo, ou no seu entorno, em rodovia com características de tráfego semelhantes.
- **f.** Projeções de tráfego: para a realização das projeções do tráfego ao longo do horizonte de projeto, devem ser utilizadas taxas de crescimento, calculadas com base em séries históricas, ou determinadas com a utilização de indicadores socioeconômicos consistentes.
- **g.** Execução de fluxogramas de tráfego: após a coleta, a determinação do tráfego atual e sua projeção para o período de projeto, devem ser preparados os fluxogramas de tráfego, tanto para o trecho quanto para as interseções.
- **h.** Determinação dos parâmetros de tráfego: para o caso de pavimentos flexíveis, a determinação do número "N" de operações do eixo simples padrão de rodas duplas de 80 kN, para o período de projeto, deve ser feita considerando se as metodologias previstas pela "American Association of State Highway and Transportation Officials" (AASHTO) e pelo "United States Army Corps of Engineers" (USACE).



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

### 2.0 ESTUDOS GEOTÉCNICOS

#### 2.1 Infra Estrutura Viária

Ao longo da locação do eixo serão executados levantamentos deflectométricos (trechos pavimentados), sondagens e coleta com retirada de amostras para caracterização do material até um metro e meio abaixo do greide projetado, definindo o perfil geotécnico do terreno bem como a localização do lençol freático. As sondagens serão realizadas com espaçamento de 60 em 60 metros e nos intervalos quando houver variação de material. Nos casos em que esta distância coincida com o cruzamento de outra via, a sondagem deverá ser deslocada para antes ou depois do cruzamento.

Com o material coletado nas sondagens deverão ser realizados os seguintes ensaios:

- Caracterização;
- Compactação;
- Determinação de ISC e ISC "IN SITU";
- Umidade natural;
- Densidade "IN SITU".

O perfil de sondagem deverá ser apresentado nas seguintes escalas:

- Horizontal (1:500)
- Vertical (1:20)

### 3.0 MEMÓRIA JUSTIFICATIVA

### 3.1 Infraestrutura Viária

#### 3.1.1 Relatório

Descrição sucinta do projeto contendo as seguintes informações:

- Caracterização da rua no sistema viário;
- Volume de tráfego atual e previsto;
- Linhas de transporte coletivo existentes e previstas;
- Estimativa da população beneficiada;
- Descrição das obras de arte ou especiais, se houver.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC THE RESIDENCE TO SHAPE TO SHAP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

**E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

3.1.2 Memorial Descritivo

No memorial descritivo, de acordo com a Lei nº 15.608/2007, sobre Licitações e Contratos administrativos, é vedado incluir marcas, características e especificações exclusivas no objeto da licitação, a não ser quando for tecnicamente justificável, não se admitindo preferência por marcas. Assim sendo, as especificações devem ser bem detalhadas, incluindo as exigências consideradas necessárias, mas tomando-se cuidado de não restringir a competitividade da licitação. Recomendamos, então, que as especificações técnicas sejam apresentadas de acordo com as exigências da lei, e quando a referência à marca for imprescindível, esta deverá ser feita com no mínimo 3 (três) marcas, além da citação: ou similar dentro do mesmo

O projeto deverá ser acompanhado de orientações quanto ao uso, operação e conservação,

de forma a não deixar dúvida e garantir um bom desempenho da obra e dos equipamentos

nela instalados.

padrão de qualidade.

O memorial descritivo deverá conter no mínimo os seguintes itens na ordem indicada a

seguir:

Objeto com descrição sumária da obra (sinalização, dimensões, finalidade, população

beneficiada, etc.);

Sistema construtivo (justificativa e soluções adotadas);

Normalização;

Mobilização, instalação e desmobilização;

As especificações técnicas para cada projeto, na ordem apresentada neste termo de

referência, constando no mínimo de:

Materiais a serem empregados; Aplicações dos materiais e cuidados especiais;

Eventuais ensaios; Cuidados com manutenção; Descrição de acabamento; Manuseio e

armazenagem dos materiais.

4.0 PROJETOS

Todos os projetos deverão ser elaborados em conformidade com as diretrizes fornecidas pela

PMBVT, as normas da ABNT e com a Legislação vigente. Os projetistas deverão prestar



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

E-WAIL. COMPTAS.IICITACAO@PMDVt.SC.gov.bi

assistência, sempre que requisitados, durante a implantação dos projetos e em qualquer outromomento em que houver dúvida a respeito do serviço contratado.

### 4.1 Infraestrutura Viária

### 4.1.1 Projeto Geométrico

O projeto geométrico será desenvolvido com base nos estudos topográficos e na diretriz de projeto da PMBVT.

### a. Projeto planimétrico

O projeto planimétrico, com a representação gráfica dos dados obtidos nos Estudos Topográficos e elementos geométricos projetados deverá conter os elementos a seguir descritos:

Desenho em planta na escala 1:500;

- Alinhamento do eixo locado, estaqueado de 20,00m em 20,00m e numerado a cada 5 escalas:
- Elementos definidos das curvas de concordância, PI, PC, PT, raio, desenvolvimento, ângulos centrais, etc.
- Alinhamentos prediais, divisas, entradas de garagens, árvores, postes, torres, caixas de inspeção, etc.;
- Cotas e posições dos RNs;
- Representação dos "OFFSETs" em planta; Marcação das interferências a serem removidas.
- Desenho do perfil longitudinal do terreno e o projeto do greide no eixo da rua nas

### **b.** Projeto altimétrico

O projeto altimétrico deverá conter os elementos a seguir descritos:

- Escalas 1:500 na horizontal e 1:50 na vertical;
- Percentagens das rampas e seus comprimentos;
- Localização do ponto baixo em curvas côncavas;
- Comprimento das projeções das curvas de concordância vertical;
- Cotas do PIV, PVC, PTV de cada curva vertical;



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Representação convencional das obras de artes correntes;

Estaqueamento;

 Seções Transversais a cada 20,00m com pelo menos 5 pontos (eixo, bordas da pista e alinhamento predial). O projeto altimétrico (greide) deverá ser compatibilizado com as cotas das soleiras das residências existentes, de forma a não prejudicar as condições de acesso

existentes, buscando sempre possíveis melhorias.

Deverá ser compatibilizado o projeto geométrico entre lotes da mesma via.

**c.** Forma de apresentação

Na apresentação, os desenhos deverão ser elaborados em pranchas A1. A prancha deverá conter na sua parte superior o projeto planimétrico e na sua parte inferior o projeto altimétrico correspondente ao mesmo segmento. O desenho deverá ser apresentado de maneira que o norte esteja preferencialmente direcionado para a parte superior da prancha, num ângulo de

0° a 180°, tendo em vista o melhor aproveitamento do papel.

**4.1.1.1** Projeto de Interseções, Retornos e Acessos

Nesta fase deve ser elaborado o detalhamento dos dispositivos de interseções, retornos e acessos concebidos na Fase de Anteprojeto, de acordo com o que consta no item 3.2 da

IS213, do DNIT

4.1.2 Projeto de Drenagem

**4.1.2.1** Estudos Hidrológicos

Os estudos hidrológicos constituirão de:

a. Coleta de dados hidrológicos;

Avaliação do vulto das obras de arte especiais;

Curvas de Intensidade – Duração – Frequência;

d. Curvas de Altura – Duração – Frequência;

e. Histograma com as distribuições mensais dos números de dias de chuvamínimos,

médios e máximos.

Os tempos de recorrência da enchente de projeto devem ser revistos para cada caso



CNPJ: 01.612.888/0001-86 HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

particular, ficando adotados como referência os seguintes valores: Drenagem superficial 10 anos; Drenagem subsuperficial 1 ano; Galerias de águas pluviais 10 anos; Galerias celulares 25 anos; Pontilhão 50 anos; Pontes 100 anos.

Para a determinação da chuva crítica da região e conseqüente vazão superficial, poderão ser usados os seguintes métodos:

- a. Método racional;
- **b.** Método do hidrograma unitário sintético.

A caracterização da Bacia Hidrográfica deverá ser feita em restituição aerofotogramétrica com curva de nível em escala 1:2.000, traçando se a bacia de drenagem e apresentando os talvegues e contorno da mesma. A Bacia principal será dividida em sub bacias que formarão os diversos trechos do sistema. Com relação à metodologia de cálculo devem ser seguidas as seguintes orientações:

- a) Cálculo das contribuições externas será feito pelo método racional;
- **b)** Para áreas de contribuição até 150 hectares será utilizado o método racional, para áreas maiores utilizar-se-á o método de hidrograma unitário;
- d) A vazão contribuinte até 150 hectares será determinada pela fórmula:

$$Q = CI_{max}\Delta \frac{1}{6}$$

Onde:

Q = Pico de vazão em m3/s;

Imax = Intensidade máxima de precipitação;

A = Área drenada em hectare;

C = Coeficiente de escoamento medio superficial (RUN-OFF)

- Para a região central = 0,95
- Demais regiões = 0,80
- e) A intensidade máxima será calculada pela fórmula:

$$I = \frac{99,167 \, Tr^{0,217}}{(tc + 56)^{1,15}}$$

Onde:



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

I = Intensidade de chuva mm/min;

Tr = Tempo de recorrência em anos;

- Para áreas até 40 há = 5 anos
- Para áreas de 40ha a 65ha = 10 anos;
- Para áreas maiores que 65 há = 25 anos.
- f) O tempo de concentração será calculado pela fórmula:

$$tc = 57\left[\frac{L^3}{H}\right]$$

Onde:

Tc = tempo de concentração em min; L = Comprimento do talvegue em Km; H = desnível em m.

OBS.: Quando não existirem contribuições externas, a área contribuinte for no máximo de um hectare e a declividade média for menor ou igual a 2%, o tempo de concentração inicial adotado é de 10 minutos.

g) A fórmula utilizada para o dimensionamento e coletores a plena seção é a de Manning, onde a vazão é dada por:

$$Q = A.R^{\frac{2}{3}}.S^{\frac{1}{2}}.\frac{1}{-n}$$

Onde:

Q = Vazão da tubulação em m³/s a plena seção;

A = Área da seção do tubo em m²;

R = Raio hidráulico:

S = Declividade do trecho a ser adotado;

n = 0.015.

A velocidade do escoamento a plena seção é dada pela fórmula

$$V = R^{\frac{2}{3}}.S^{\frac{1}{2}}$$

Onde:

V = Velocidade de escoamento m/s;R = Raio hidráulico;

S = Declividade do trecho a ser adotado;

#### 4.1.2.2 Projeto de Drenagem

NOTE OF THE PARTY OF THE PARTY

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

O projeto de drenagem será desenvolvido com base nos seguintes elementos: Estudos

topográficos; Estudos hidrológicos; Projeto geométrico; Projeto de pavimentação.

**1.0** Parâmetros de projeto Tempo de recorrência:

Em princípio, será adotado o valor 10 (dez) anos para as redes e galerias. Para estruturas de

maior importância, ou em locais de maior risco, bem como aquelas de lançamento final,

deverá ser feita uma análise econômica que possibilite adotar o valor mais adequado, nunca

inferior ao já citado. Coeficiente de escoamento superficial: 0,90 para as áreas calçadas ou

impermeabilizadas; 0,70 para as áreas intensamente urbanizadas e sem áreas verdes; 0,40

para as áreas residenciais com áreas ajardinadas; 0,15 para as áreas integralmente

gramadas.

A determinação do coeficiente de deflúvio será feita a partir da avaliação de macro áreas, não

sendo necessária sua composição detalhada. No cálculo da vazão será considerada toda a

área de contribuição a montante do ponto considerado.

Outros valores do coeficiente do escoamento superficial, que levem em conta, por exemplo, a

sua variação com o período de recorrência, ou outras metodologias para sua fixação, serão

submetidos à apreciação da PM.

Tempo de entrada na primeira boca de lobo:10 minutos. Diâmetro mínimo da rede ou galeria:

400mm. Recobrimento mínimo da tubulação: 0,60m.

Velocidades limites: Mínima: 1,0 m/s. Máxima: 5,0 m/s.

Localização dos poços de visita: no início e no final de redes, na chegada de redes

secundárias e a cada 120m. Nas demais singularidades, salvo casos especiais, que sejam

determinados pelo funcionamento hidráulico.

Por facilidades para manutenção poderão ser utilizadas caixas de passagem. Ligação de

ramal secundário - rede principal: será feita através de poços de visita independente do

diâmetro da tubulação.

2.0 Dimensionamento

O dimensionamento hidráulico das galerias de drenagem será efetuado com o emprego da

fórmula de Manning, levando-se em consideração o efeito de remanso, determinado por

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC

Página **39** de **77** 



HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

qualquer método de cálculo.

$$Q = \frac{1}{n} \cdot R \frac{2}{3} \cdot \sqrt{i_L} \cdot A$$

Onde:

Q = vazão afluente,em m<sup>3</sup>/s;

n = coeficiente de rugosidade de Manning, adimensional;

R = raio hidráulico, em m;

iz= declividade longitudinal, em m/m;

A = área da seção molhada, em m².

As redes tubulares serão dimensionadas para um enchimento de no máximo 0,80 vezes o seu diâmetro, enquanto galerias que tenham seção transversal com outro formato manterão 20% de borda livre. O dimensionamento hidráulico das redes e galerias será feito utilizando a fórmula de Manning, levando-se em consideração o efeito de remanso, através da determinação da linha d'água ou linha de energia. Para dispositivos em concreto, será adotado coeficiente de rugosidade n=0,015.

#### **3.0** Recomendações:

As ruas serão projetadas de modo que funcionem como condutores de água, prevendo-se, entretanto, uma faixa de 3,00m livres de inundação para as condições de projeto, que variam de acordo com a forma de seção transversal, sendo necessário, portanto, determinar o sentido do seu caimento. Nas vias já implantadas o projeto manterá as condições atuais. O comprimento da via que terá função hidráulica será maximizado até a primeira captação, a partir da qual os fatores preponderantes para a otimização do número e do tipo das captações serão o traçado urbano e a capacidade de engolimento das bocas de lobo, as quais deverão ser determinadas individualmente.

A forma, parabólica ou de caimento em sentido único da seção transversal das vias será projetada considerando meio fio com altura máxima de 20cm, sarjeta com desnível de 10cm e largura igual a 40cm.

O projeto preverá a localização das bocas de lobo de acordo com o projeto altimétrico das superfícies calçadas, e levará em conta a superfície, a declividade e a natureza das áreas circunvizinhas a serem drenadas. Para a localização definitiva das bocas de lobo será



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

realizado o nivelamento das ruas e praças, que será também utilizado para verificação das declividades e determinação dos pontos baixos reais.

A disposição, tipo, número e distâncias das bocas de lobo será adequado às vazões de projeto escoadas, devendo-se ter o cuidado de evitar o acúmulo de águas nas sarjetas e onde haja passagem de pedestres.

O traçado das galerias será desenvolvido preferencialmente nas áreas verdes.

Entretanto, caso seja necessário outro caminhamento, serão evitadas, sempre que possível, as áreas pavimentadas ou outras obras públicas para não onerar o custo de construção das redes. Os lançamentos finais serão dimensionados considerando o amortecimento que ocorre nas redes e montante e avaliados através de modelos de determinação do perfil da linha d'água.

#### 4.0 Apresentação dos trabalhos:

Os trabalhos deverão ser apresentados em pranchas A1, mostrando na parte superior o projeto planimétrico e na parte inferior o perfil, contendo no mínimo os seguintes elementos:

- Numeração dos coletores;
- Indicação entre os poços de visita da declividade, do diâmetro da rede e das respectivas distâncias; Localização e projeto das captações e respectivos ramais de ligação;
   Cotas do terreno, da geratriz inferior das tubulações, dos poços de visita e respectivas profundidades;
- Alturas e cotas dos degraus;
- Localização e tipo das sarjetas;
- Redes existentes e suas características;
- Interferências no caminhamento da rede;
- Interferências no caminhamento da rede;
- Características dos desenhos que sejam repetidas indicadas na legenda;
- Articulação das plantas;
- Projeto estrutural (galeria celular). As escalas deverão ser as seguintes:
- Planta =1:500
- Perfil = 1:500 (horizontal)

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC THE RESIDENCE TO SHAPE TO SHAP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

1:50 (vertical)

As planilhas de cálculo de vazão e as bacias de contribuição definidas para cada trecho do projeto serão apresentadas no memorial descritivo e justificativo, bem como as memórias de cálculo para as obras de arte corrente e obras de artes especiais. O lançamento final e os coletores com grande número de interferências serão apresentados também em perfil, nas escalas vertical 1:100 e horizontal 1:1000, onde deverão constar as principais interferências com outras redes e obstáculos. O lançamento final deverá ter seu caminhamento amarrado

Serão apresentados detalhes executivos de todos os elementos constituintes do sistema.

ao sistema viário e a equipamentos existentes, quando esses existirem.

4.1.3 Projeto de Terraplenagem

O projeto de terraplenagem terá desenvolvido tendo como base os estudos topográficos, estudos geotécnicos, o projeto geométrico e constituir-se-á de:

Cálculo e cubagem do movimento de terra.

 Indicação dos materiais a serem empregados nas diversas camadas de aterro e grau de compactação a ser observado.

 Análise de viabilidade do material indicado para aterro, ocorrências e adequacidade do material às condições climáticas durante a execução.

Detalhes das seções transversais tipo e soluções particulares para o caso de dificuldade de acesso aos moradores em decorrência da implantação do projeto. Nos trechos em projeto onde as vias já estão implantadas, a terraplenagem ficará restrita a escavação da caixa da pista de rolamento, na largura definida pelo Projeto Geométrico acrescida de 0,50 (meio) metro para cada lado e na profundidade necessária para a implantação do dimensionamento do pavimento.

Nos trechos em projeto em que for feita a implantação de rua, a terraplenagem deverá ser executada (aterro e/ou corte) de maneira se obter uma superfície na largura prevista no Projeto Geométrico entre os Alinhamentos Prediais Propostos, e observando as diferenças de cotas entre os passeios e a pista de rolamento sendo a pista considerada com o acréscimo de 0,50 (meio) metro para cada lado.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

Os taludes de corte e/ou saias de aterro deverão ser previstos a partir dos Alinhamentos Prediais.

Os desenhos deverão ser apresentados na escala 1:50. Para cálculo dos volumes de escavação deverá ser considerada a área das seções transversais de estaca obtida pelo produto da largura da pista de rolamento mais 01 (um) metro, pela espessura necessária à escavar para a implantação do pavimento (método da média das áreas).

#### 4.1.4 Projeto de Pavimentação

O projeto de pavimentação terá como base os estudos geotécnicos, levantamentos deflectométricos, projeto geométrico e os dados de tráfego (volume, classificação e carga por eixo dos veículos e taxa de crescimento) e constituir-se-á de:

- Estudo estatístico e definição dos valores característicos do subleito para cada subtrecho homogêneo, considerando que, quando não houver a possibilidade de execução de regularização e compactação do subleito deverão ser consideradas as condições do material "in situ";
- Definição dos materiais a serem utilizadas nas diversas camadas do pavimento;
   Dimensionamento do pavimento da pista de rolamento;
- Desenhos apresentando a seção transversal;
- Determinação do número de repetições de eixos simples, duplos ou triplos dos veículos comerciais para a vida do projeto. Caberá à contratada a elaboração de estudos de viabilidade técnica e econômica das diversas alternativas de pavimento propostas, inclusive considerando os custos de implantação, conservação, reabilitação e operação dos veículos para a vida de projeto. A determinação dos custos unitários dos serviços citados será feita com base na Tabela de Preços DER/PR. Para os serviços que não constem da Tabela de Preços, deverá ser apresentada a Planilha de Composição de Preços Unitários.
- Para bases de CICLOVIAS/CALÇADAS EM CBUQ preferencialmente poderá ser adotada: composição de 50% de agregados reciclados e 50% de agregados naturais, exceto quando estudos de engenharia indicarem necessidade de reforço para acessos/saídas de lotes que utilizem veículos pesados em sua atividade, cujo dimensionamento e detalhamento deverá ser especificado no projeto;
- Para fabricação dos artefatos de concreto sem função estrutural: MEIOFIOS,



**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

LAJOTAS (40X40) PARA CALÇADAS, BLOCOS SEXTAVADOS (exceto para pista de rolamento) e CAIXAS DE CAPTAÇÃO (drenagem pluvial), especificar uma proporção de 50% de agregados reciclados e 50% de agregados naturais, sendo que somente para as caixas de captação poderá ser utilizado material de coloração avermelhada (britagem com cerâmicos), desde que atendidos os parâmetros de resistência mínima, nos termos da ABNT NBR 15116

Como referências ao assunto:

ABNT NBR 15116: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural Requisitos;

ABNT NBR 15115: Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil Execução de camadas de pavimentação Procedimentos;

Resolução CONAMA Nº 307/2002: Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil; Para projetos com previsão de cortes de árvores, ou qualquer influência sobre área de preservação ambiental, bosque cadastrado, nascente, fundo de vale, córrego, ou outra estrutura relacionada à preservação de vegetações incluir a informação: antes da LICITAÇÃO da obra, as pranchas deverão ser vistadas para a devida autorização junto à Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo.

Para o dimensionamento do pavimento flexível deverão ser utilizados no mínimo dois métodos preconizados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER): Metodologia DNER1966/1981 do Eng. Murilo Lopes de Souza e metodologia da resiliência DNERPR 0269/94 do Eng. Ernesto S. Presussler. O dimensionamento adotado deverá atender essas duas metodologias.

Os Coeficientes de Equivalência Estrutural (Kr) a serem adotados nas camadas constituintes do pavimento são: CBUQ Kr = 2,00 Brita Graduada Kr = 1,00 Brita 4A Kr = 0,85 Moledo Kr= 0,77 Para o dimensionamento do pavimento rígido, deverá ser utilizado o método desenvolvido pela PCA (Portland Cement Association) dos EUA, divulgado no Brasil pela ABCP (Associação Brasileira de Cimento Portland) através do Estudo Técnico (ET97) do Engenheiro Márcio da Rocha Pita. Para o dimensionamento pelo Método da PCA/84 deverá ser determinado o número de repetições de eixos simples, duplos ou triplos dos veículos comerciais para uma vida de projeto igual a 20 anos. Deverão ser levantadas as informações



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

necessárias sobre os dados de tráfego (volume, classificação e carga por eixo dos veículos).

A seção transversal tipo de pavimentação para os diversos trechos homogêneos deverá ser apresentada em escala 1:50; contendo todas as informações necessárias quanto ao pavimento, inclusive com estacas de referência do projeto geométrico para cada seção tipo.

No caso de soluções diferenciadas para cada trecho, deverão ser apresentadas as respectivas seções tipo para cada caso com indicação das respectivas estacas de referencia referência.

Para os projetos de pavimentação em pavimento rígido deverão ser apresentadas as pranchas com geometria das placas, detalhamento de juntas, barras de transferência, interfaces entre tipos de pavimentos diferentes, etc. As pranchas deverão ser em tamanho A1.

O número "N" (número de solicitações por eixo de 8,2 tf) deverá ser definido através de contagem de tráfego no local e de dados coletados junto aos órgãos competentes. O índice de suporte do subleito será calculado com base nos resultados dos ensaios realizados com os materiais do subleito e das ocorrências de materiais indicados para terraplenagem.

Caso a contratada resolva optar por outras alternativas de dimensionamento de pavimento ou de aplicação de novos materiais, a solução proposta deverá ser discutida e analisada em conjunto com a PMBVT. Para isto, a empresa deverá elaborar justificativa para a proposta contendo análise comparativa de desempenho de custos e relatório técnico com informações detalhadas e específicas dos materiais e/ou dimensionamentos propostos, incluindo as especificações dos materiais e serviços que constarão do orçamento.

A elaboração do projeto de pavimentação deverá atender ainda as condições definidas no ANEXO I.

#### 4.1.5 Projeto de Paisagismo

O projeto de paisagismo se houver, será desenvolvido com base nos estudos topográficos, no projeto geométrico, de acordo com as diretrizes de projeto fornecidas pela PMBVT e com o ANEXO II.

Deverá conter a indicação dos postes a serem relocados e a indicação sugerida para a nova posição, quando necessário, e em função das condições de acessibilidade exigidas para a circulação de pedestres e de pessoas com deficiência.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

O projeto deverá seguir o disposto na legislação e normas que regulamentam os padrões de calçada a serem empregadas. A apresentação será feita em pranchas A1, devendo conter as

plantas e os detalhes como rampas para deficientes, entradas de pedestres e veículos, etc.

Para o cálculo do volume de terraplenagem no passeio deverão ser considerados as informações e os dados fornecidos pelo estudo topográfico, projeto geométrico e pelo projeto

de dimensionamento do pavimento da calçada.

O dimensionamento do pavimento da calçada deverá ser elaborado pela contratada e aprovado pela Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo. Deverá ser previsto o plantio de árvores ao longo dos trechos das ruas em projeto, de acordo com as orientações da

Prefeitura Municipal, quanto as espécies, distâncias do meio fio, distâncias de árvores, etc. Na elaboração dos projetos de paisagismo deverão ser levadas em conta as interferências

existentes tais como árvores, postes, caixas de concessionárias e também as restrições de

largura dos passeios.

Escala de Apresentação: 1:500, com detalhamento em escala 1:250, quando necessário.

4.1.6 Projeto de Sinalização Horizontal, Vertical e Pontos de Parada de Transporte Coletivo

O projeto deverá conter a tipologia e o quantitativo da sinalização horizontal, vertical, e pontos de parada do transporte coletivo, conforme as características da via, de acordo com os padrões estabelecidos pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Transito e da SEMSU –

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (para vias de caráter urbano).

Para a elaboração do projeto, as características da via deverão ser levantadas "in loco" e comparadas com o que se pretende implantar, considerando-se os cadastros levantados pelo projeto planialtimétrico (alinhamentos prediais, divisas, entradas para garagens, meio fio, árvores, postes, torres, bueiros, galerias, valas, fundos de vale, caixas de inspeção, etc...); bem como "equipamentos urbanos" existentes na via e proximidades dela (escolas, hospitais, postos de saúde, parques, etc...); os estacionamentos exclusivos (táxi, ambulância veículos oficiais, etc...); os estacionamentos proibidos (pontos de ônibus, embarque e desembarque de escolas e hotéis); os sentidos de circulação da via; a hierarquização da via com as transversais e tudo que possa interferir para a elaboração do projeto de sinalização, devendo ser consultado a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos para a averiguação de prováveis

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

e futuras implantações de pólos geradores de tráfego na via e nas proximidades da mesma.

Estes dados deverão ser transferidos em forma de sinalização para o projeto geométrico

elaborado previamente.

A apresentação do projeto deverá ser em prancha formato A1, em escala 1:500, com

detalhamento em escala 1:250, quando necessário.

4.1.7 Dotação Orçamentaria

A unidade de despesa orçamentaria destinada a execução do referido item será á:

Projeto Atividade: 2023

Despesa: 78

Recurso: 969

Rubrica: 3390

CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO/SELEÇÃO DO FORNECEDOR. 5.0

As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para

a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Termo de Referência.

5.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor

estão previstos no Termo de Referência.

**5.2.** Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos são: Apresentação de dois ou

mais Acervos Técnicos, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado,

devidamente vistados no CREA ou transcritos de seu acervo, em que figurem os profissionais

relacionados na declaração de que trata o item 10.0 do presente TR, comprovando a

execução, em cada atestado, de serviços compatíveis em características e complexidade

àqueles relativos ao objeto da presente licitação.

**5.3.** Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

Valor Global: R\$ 87.500,00 (oitenta e sete mil e quinhentos reais)

O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.

**5.4.** Relação de indicação de equipe técnica, contendo no mínimo um engenheiro civil com a

comprovação de vínculo: carteira de trabalho; contrato social, se for sócio; contrato de

trabalho ou declaração de contratação futura, com declaração de anuência do profissional.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 - CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo - SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

#### 5.5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA.

Conter o preço total do objeto, em algarismo e por extenso, com duas casas decimais, em moeda nacional, considerando tudo que componha o preço global final, tais como BDI, tributos, mão de obra, despesas diretas e/ou indiretas, estando as especificações, unidades e quantidades de serviços compaveis com as constantes da planilha orçamentária.

#### 6.0 ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E VALOR

**6.1** Para a completa execução do objeto se chegou a estimativa a seguir:

ITEM	QTIDADE	UN. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	VALOR	
01	01	UNIDADE	Elaboração de projeto executivo para reforma/revitalização asfaltica da malha viaria de acesso primário ao municipio ao longo das ruas SC – 423 Ovideo Damaso da Silviera e Estanislau Schumann numa extensão de aproximadamente 4.800 m.	R\$ 87.500,00	
	VALOR FINAL:				



HOME PAGE: <a href="https://www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

### ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA - DIRETRIZES PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO

#### CONSIDERAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS

- apresentar demonstrativo dos quantitativos/memorial de cálculo; para solução de pavimentos novos, restauração/reforço apresentar a análise do pavimento existente a ser restaurado (ex. dados da viga, fwd, etc.) deverá ser considerado nos projetos o CBR in situe outros;
- quando houver necessidade de reforço do subleito ou substituição de material inservível levar em consideração os segmentos intermediários entre os furos de sondagens;
- para os casos de interferências com redes de concessionárias de grande porte (ex. adutoras) consultar o CASAN Cia de Água e Esgoto de Catarinense para definição de proteção das redes de concessionárias (com areia, concreto, etc.);
- nas seções tipo indicar a remoção de material inservível ou reforço do subleito por trecho/segmento entre estacas;
- apresentar nas pranchas quadro com os segmentos entre estacas, larguras, volumes parciais e total onde está prevista remoção de material inservível ou reforço do subleito;
- considerar no orçamento de pavimentação o item arrancamento e carga de capa de rolamento existente se for o caso, e também o transporte do material, podendo necessitar de DMT diferenciado dos demais itens de transporte;
- deverá ser apresentada prancha com indicação das diferentes soluções (com legenda diferenciada para remendos superficiais, remendos profundos, restauração, implantação, etc.);
- na definição do novo greide do pavimento deverão ser verificadas as cotas das soleiras existentes e as rampas máximas para acesso de veículos, e se for o caso, prever itens no orçamento para intervenção nos locais prejudicados pela cota do novo greide;
- para os projetos de restauração apresentar projeto com os perfis longitudinais considerando o novo greide do pavimento (para eixo e bordos) para análise da nova situação do pavimento projetado em relação à situação existente (soleiras, acessos, etc);
- no caso de projetos com mais de uma solução de pavimentação deverá ser apresentado dois tipos de orçamento de pavimentação: um orçamento com todas as

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

soluções agrupadas e outro (mesmo orçamento) com subitens para cada tipo de solução: remendos superficiais, remendos profundos, restauração, implantação, etc., com os respectivos quantitativos para cada subitem (separado também por via);

- considerar recuperação de áreas de calçada e de pavimentação nos locais onde forem causados danos devido a implantação de travessias e implantação de drenagem ao longo das ruas transversais não contempladas no projeto de pavimentação, caso seja necessário;
- indicar no projeto geométrico os trechos com diferentes padrões de meio fio, caso houver, e com legenda diferenciada;
- para os trechos de restauração/reforço, verificar necessidade de remoção para segmentos com espessuras significativas de reforço;
- para os trechos de restauração/reforço, nos segmentos onde não há necessidade de orçar o item fresagem, e sim somente a camada de recape/reforço, deverá ser considerado o item varreção e lavagem da pista;
- apresentar nos projetos geométrico as larguras totais da pista projetada;
- apresentar nas pranchas do projeto geométrico os limites de pavimentação;
- deverá ser considerado para o item de escavação e carga de material de 1<sup>a</sup> categoria.
- espessura necessária para execução das camadas do dimensionamento;
- deverá ser considerado para o cálculo do volume de escavação e carga de material de baixa resistência o mesmo volume das camadas de reforço e/ou substituição de material inservível (areia/moledo/saibro);
- no caso de considerar aterro dos canteiros/passeios com material do canteiro, deverão ser orçados os seguintes itens: espalhamento de material para aterro e compactação de aterro;
- considerar, caso necessário, reperfilamento nos segmentos para execução da camada de reforço;
- para os trechos de restauração considerar corte com disco para retirada do meio fio existente e considerar também a recuperação da borda do pavimento existente junto à sarjeta do meio fio (preenchimento com CBUQ);
- nos projetos de pavimentação apresentar os quadros com o dimensionamento das diversas soluções por segmento (dimensionamento dos pavimentos novos,



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

dimensionamento dos segmentos a serem restaurados, dimensionamento dos reparos);

 elaborar quadro resumo/tabela para as áreas de remendos superficiais e profundos, separadas por lote e por segmentos (com indicação do segmento/estaqueamento, extensão, largura, área e totais);

Considerar para reparos superficiais, caso necessário:

- a) para total de áreas significativas: orçar fresagem, pintura e capa
- **b)** para quantidade pequena de áreas: orçar corte com disco, remoção da capa, pintura deligação e reposição da capa
- c) se forem muito próximas, unificar as áreas pertinentes;
- considerar para reparos profundos, caso necessário:
- a) orçar corte com disco, remoção da capa e das camadas granulares, reposição das camadas granulares, imprimação, pintura e capa
- b) para áreas muito pequenas: verificar largura mínima para execução das camadas
- c) se forem muito próximas, unificar as áreas pertinentes;
- incluir nas pranchas detalhes e procedimentos para execução dos remendos superficiais e profundos.
- para cálculo dos volumes de transporte (botafora) deverá ser considerada a soma dos volumes de escavação menos o volume de aterro com material do canteiro (considerar ainda empolamento de 30%);
- para os segmentos onde há previsão de remoção de material de baixa resistência,
   não há necessidade de considerar o item compactação do subleito;
- nos casos de ruas transversais em revestimento primário, deverá ser considerado a execução de um cordão de paralelepípedos no encontro do novo pavimento com essas ruas;
- para as correções geométricas considerar largura mínima das áreas a serem pavimentadas;
- incluir informação nos projetos de que as guias rebaixadas e acessos constantes nos projetos são indicativos e deverão ser definidas "in loco" pela fiscalização da PM de Bela Vista do Toldo durante a execução da obra, respeitando as normas e legislação municipal vigentes;

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- no orçamento de paisagismo o item da rampa é: execução de rampa padrão de acesso as pessoas com dificuldade de locomoção em concreto moldado in loco (NBR9050), medindo 2,2x1,2x1,8m, incluindo malha de ferro, sinalização tátil de alerta em placa de concreto prémoldada 40x40x3cm, cor vermelha e pintura logotipo.
- considerar arrancamento das calçadas existentes e transporte das mesmas (com empolamento);
- no orçamento de paisagismo orçar regularização manual de passeios para a área de plantio de grama e orçar regularização e compactação de passeios para as áreas onde será implantada calçada;
- consultar a Prefeitura para verificar necessidade de orçar reforço nos acessos de veículos;
- apresentar na seção tipo o dimensionamento das calçadas;
- deverá ser apresentado o cadastro por imóvel de todos os locais onde estão previstos os serviços complementares, por ex. canto chanfrado, execução de muro, relocação de portão, etc. (cadastro por imóvel e com os serviços previstos para cada um dos imóveis);
- apresentar detalhes/projetos dos muros, muretas, etc.;
- para definir a retirada de postes e árvores existentes considerar a distância mínima dos mesmos até o meio fio;
- orçar troca de tampão dos PV´s que atualmente estão no passeio e na implantação doprojeto ficarão na pista;
- orçar levantamento/rebaixamento de tampões na pista e/ou passeio;
- considerar previsão de refazer as ligações domiciliares danificadas na área de passeio(tubulação de 150mm).

# COLUMN TERM OF COLUMN TO SERVICE AND ADDRESS OF COLUMN TERMS O

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

#### ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA - DIRETRIZES PROJETOS DE PAISAGISMO

#### DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE PAISAGISMO

- 1. Indicar os postes que permanecem e os que serão relocados em função das calçadas ou da geometria. Utilizar ícones compatíveis com a escala, para o perfeito entendimento de sua posição no passeio.
- **2.** A definição do paisagismo (faixas de grama e calçada) deverá considerar as árvores e postes existentes, assegurando a largura de 1,20 m livre de qualquer obstáculo (inclusive raízes expostas de árvores) conforme NBR 9050.
- **3.** Se o padrão de paisagismo definido pelo projeto atingir um conjunto de árvores existentes, a calçada do trecho específico poderá ser desviada para o alinhamento predial ou para o meio fio.
- **4.** Nos passeios estreitos, quando se verificar a inviabilidade de atendimento do item anterior, indicar transplante ou remoção da árvore para avaliação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
- **5.** Cotar a largura das calçadas nas esquinas.
- **6.** Cotar a largura das calçadas e da faixa de grama junto ao meio fio (quando houver) no meio das quadras, em todas as pranchas de paisagismo.
- **7.** Adequar a localização de todas as rampas de deficientes ao MANUAL DE IMPLANTAÇÃO DE RAMPAS DE TRAVESSIA. Cotar a posição da rampa em relação aos meios fios do cruzamento;
- **8.** Nas rampas de travessia para deficientes deverá ser garantida a livre circulação de pedestres e cadeiras de rodas;
- **9.** Caso a obstrução ocorra por árvores com □ de até 15cm, indicar transplante ou remoção para avaliação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- **10.** Caso a obstrução ocorra por árvores de grande porte ou por postes, a posição da rampa poderá ser diferente da indicada PROJETO GENÉRICO, desde que se mantenha dentro da área adequada para a travessia, compatibilizada com o projeto de sinalização.
- **11.** Deverá ser evitado, ao máximo, a colocação de rampas em frente de "bocas de lobo".
- 12. As rampas de travessia não poderão ser interceptadas por caixas de inspeção de

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

redes de serviço público (água/esgoto, telecomunicações, gás canalizado, energia elétrica, semafóricas, outras).

- Nas travessias de pedestres de canteiros centrais (com largura inferior a 4,80m), e 13. nos cruzamentos com passeios muito estreitos inviabilizando a implantação da rampa padrão, a mesma deverá ser desenhada e detalhada conforme NBR 9050 (ver MANUAL de Implantação de Rampas de Travessia).
- Desenhar detalhe para a implantação de rampas de deficientes no meio de quadras 14. se houver, conforme o MANUAL. Indicar nas pranchas de paisagismo onde ocorre este detalhe.
- 15. Detalhar os diversos padrões de paisagismo que venham a ocorrer na via, indicando notítulo do desenho, o trecho ao qual se aplica.

#### 16. O detalhe do paisagismo deverá mostrar:

- A conformação da calçada nas esquinas, considerando o padrão de calçada sem CBUQ e o padrão de calçadas em bloco de concreto.
- As dimensões das calçadas no entorno das rampas para deficientes físicos e das faixas de grama. Largura dos acessos de veículos e de pedestres. Material construtivo das calçadas e as bordas de paralelepípedo ou cintas de concreto (conforme o caso).
- 17. Nos locais onde a área ou faixa de grama tornar se inferior a 0,50m, fechar com a calçada especificada para a via.
- 18. Indicar a modulação do plantio de árvores - aproximadamente 8,00m, sendo que a distância mínima entre a árvore a ser implantada e a confluência dos meios fios, nas esquinas, deve ser de 10,00m.
- 19. As calçadas de acessos de veículos deverão ser perpendiculares ao meio fio, salvo algum impedimento específico (exemplo: postos de abastecimento).
- 20. As guias rebaixadas deverão ser representadas graficamente e adequadas para: 3,50m em residências e entradas de estacionamento para 01 carro; 5,00m em entradas de estacionamento para 02 carros; máx. de 8,00m em comércio e serviço com acesso de veículos de maior porte.
- 21. Só poderão ser implantadas quias rebaixadas nos acessos de comércios e serviços quando estes possuírem área de estacionamento nos fundos ou na lateral do lote. Não poderão ser implantadas guias rebaixadas para acesso a estacionamento na faixa de 5,00



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

metros de recuo obrigatório a partir do alinhamento predial.

**22.** As placas de sinalização viária vertical não poderão ser implantadas na faixa de calçada e deverão ser instaladas sempre na faixa de grama quando a mesma se posicionar junto ao meio fio ou após a faixa de calçada.

#### **CLEISON SCHIESSL**

Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Bela Vista do Toldo – SC, 06 de Agosto de 2024.



HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

## ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

(ATENÇÃO: Conter o preço total do objeto, em algarismo e por extenso, com duas casas decimais, em moeda nacional, considerando tudo que componha o preço global final, tais como BDI, tributos, mão de obra, despesas diretas e/ou indiretas, estando as especificações, unidades e quantidades de serviços compaveis com as constantes da planilha orçamentária.)

IIEM	DEFINIÇÃO/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO
	VALOR TOTAL		
O licita	ınte, in	scrito no CPF/CN	IPJ nº,
DECLA	RA, nos termos do <u>art. 63, § 1º, da Lei </u>	<u>nº 14.133/2021</u> , q	ue a proposta econômica
compre	eende a integralidade dos custos par	ra atendimento d	dos direitos trabalhistas
assegu	rados na Constituição Federal, nas leis	trabalhistas, nas	normas infra legais, nas
conven	ções coletivas de trabalho e nos termos c	le ajustamento de	conduta vigentes na data
de entr	ega da proposta.		
Por se	r expressão da verdade, assumo inteira	responsabilidade	por esta declaração, sob
pena d	o <u>art. 299 do Código Penal</u> .		
			(LOCAL), (DATA).
			_
	(LICITANTE – C	CNPJ/CPF)	



PJ: 01.612.888/0001-86 PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

HOME PAGE: <a href="www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

## ANEXO III MINUTA DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO ESTADO DE SANTA CATARINA
MINUTA DE CONTRATO Nº xxx/2024 - PREF
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° xxx/2024 - PREF
DISPENSA ELETRÔNICA Nº xxx/2024 - PREF

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (art. 92, I)

1.1. O objeto deste contrato é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDOS E DE PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA VIÁRIA PARA REFORMA/REVITALIZAÇÃO ASFALTICA DA MALHA VIÁRIA DE ACESSO PRIMÁRIO AO MUNICIPIO AO LONGO DAS RUAS SC – 423 OVIDEO DAMASO DA SILVIERA E ESTANISLAU SCHUMANN NUMA EXTESÃO DE APROXIMADAMENTE 4.800 METROS.

CLÁUSULA SEGUNDA: VINCULAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA VENCEDORA (<u>art. 92, II</u>)

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC

# 1604 Old Using de Toldo, 1954

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

**2.1.** Este contrato é vinculado ao edital do Processo Administrativo nº xxx/2024 - PREF de Dispensa Eletrônica nº xxx/2024 - PREF.

## CLÁUSULA TERCEIRA: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO AOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

- **3.1.** Este contrato rege-se pelas disposições expressas na <u>Lei nº 14.133/20211</u> e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- **3.2.** Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

#### CLÁUSULA QUARTA: DA EXECUÇÃO (art. 92, IV)

- **4.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, Termo de Referência e demais anexos do Processo, bem como, com as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- **4.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- **4.3** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Departamento de Engenharia Municipal, designando-se a Engenheira Civil Municipal a Servidora **Fernanda Rusque de Siqueira** ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- **4.3.1.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- **4.3.2.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- **4.4** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

nº 14.133/2021, art. 119).

- **4.5** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- **4.6** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- **4.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto docontrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- **4.7** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2°).
- **4.8** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31°).
- **4.9** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
- **4.10** Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- **4.11** Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.
- **4.12** Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- **4.12.1.** Verificação da compatibilidade do produto entregue com o especificado na compra.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

CLÁUSULA QUINTA: O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, OS CRITÉRIOS, A DATA-BASE E A PERIODICIDADE DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E OS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA ENTRE A DATA DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES E A DO EFETIVO PAGAMENTO (art. 92, V)

- **5.2.** Fica expressamente estabelecido que os preços constantes na proposta da CONTRATADA incluem todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto contratado, constituindo-se na única remuneração devida.
- **5.3.** O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias**, após a certificação da Nota Fiscal correspondente à solicitação, mediante transferência na conta corrente da contratada ou emissão de boleto bancário.
- **5.3.** Na emissão da nota fiscal deverá ser informado o número do empenho correspondente.
- **5.4.** A empresa deverá possuir conta corrente no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal (dependendo do banco onde se encontram os recursos financeiros vinculados a despesa orçamentária) atrelada ao seu CNPJ, conforme comprovação apresentada mediante declaração emitida e assinada pelo banco.
- **5.5.** Em caso de a conta corrente ser de outro banco, o fornecedor arcará com o pagamento das despesas de tarifas bancarias das transações que ocorrerem.

CLÁUSULA SEXTA: O PRAZO DE INÍCIO DAS ETAPAS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO, ENTREGA. OBSERVAÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, VII)

**6.2** Os serviços, após a emissão da ordem de serviço, deverão ser entregues no prazo máximo de 120 dias, conforme cronograma a seguir:

Execução Produto Análise / Aprovação /Correção

#### Fase 1: Entrega dos estudos topográficos e estudos geotécnicos;

Esta etapa corresponde a 30% do total dos serviços contratados, devendo estar



será remunerada conforme:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

concluído em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos

e estudos geotécnicos, no prazo de 30 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 45 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de

análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Fase 2: Projeto Geométrico Básico;

Esta etapa corresponde a 15% do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 80 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será

remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega do Projeto Geométrico

Básico, no prazo de 65 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 80 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os

serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório

de análise. Prazo de análise: 5 dias. Prazo paracorreção: 10 dias.

Fase 3: Entrega dos Projetos Básicos e demais serviços;

Esta etapa corresponde a 30% do total dos serviços contratados, devendo estar

concluído em até 140 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será

remunerada conforme:

a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos

e estudos geotécnicos, no prazo de 125 dias a contar da Ordem da Serviço.

a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se

fizerem necessárias, no prazo de 140 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso

os serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório

de análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

## Fase 4: Projetos Executivo inclusive geométrico e complementares e demais serviços contratados;

- Esta etapa corresponde a 25 % do total dos serviços contratados, devendo estar concluído em até 180 dias corridos contados a partir da Ordem de Serviço. Esta etapa será remunerada conforme:
- a.1) 50% do valor correspondente a esta Etapa, na entrega dos estudos topográficos e estudos geotécnicos, no prazo de 165 dias a contar da Ordem da Serviço.
- a.2) 50% do valor correspondente a esta Etapa, após a aprovação e correções que se fizerem necessárias, no prazo de 180 dias a contar da Ordem da Serviço. Ou seja, caso os serviços não sejam aprovados diretamente, serão devolvidos acompanhados de relatório de análise. Prazo de análise: 10 dias. Prazo para correção: 15 dias.

Para as fases 1 e 4, obedecer exclusivamente a este Termo de Referência. Para as entregas das fases 2 e 3 devesse atentar também para a Orientação Técnica OT – IBR 001/2006, quanto aos requisitos mínimos dos projetos básicos a serem entregues, caracterizando assim a entrega por parte da contratada do Projeto Básico completo.

#### Fase 5:

Após a entrega e aprovação de todos os serviços contratados será emitido Termo de Recebimento Provisório no prazo de 30 dias.

# CLÁUSULA SETIMA: O CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA, COM A INDICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA E DA CATEGORIA ECONÔMICA (art. 92, VIII)

**7.1.** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

### DOTAÇÃO

## CLÁUSULA OITAVA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE REPACTUAÇÃO DE PREÇOS, QUANDO FOR O CASO (art. 92, X)

**8.1.** O prazo de resposta ao pedido de repactuação será de 30 dias.



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

CLÁUSULA NONA: O PRAZO PARA RESPOSTA AO PEDIDO DE RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICOFINANCEIRO, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XI)

**9.1.** O reequilíbrio econômico poderá ser solicitado a qualquer tempo pelo(a) CONTRATADO (A) desde que comprovado caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d" da lei nº 14.133/93, sendo que a resposta de deferimento ou indeferimento do pedido ocorrerá sempre no primeiro dia do mês subsequente a requisição. **9.1.1.** Se concedido o reequilíbrio este atingirá somente compras prestação de serviço futuras, posteriores ao pedido, não recaindo sobre aquelas já solicitados e empenhados.

CLÁUSULA DÉCIMA: O PRAZO DE GARANTIA MÍNIMA DO OBJETO, OBSERVADOS OS PRAZOS MÍNIMOS ESTABELECIDOS NA LEI Nº 14.133/2021 E NAS NORMAS TÉCNICAS APLICÁVEIS, E AS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO (art. 92, XIII)

Devendo o fornecedor entregar os bens já empenhados pelo valor anterior ao reequilíbrio.

**10.1.** A CONTRATADA deverá prestar os serviços conforme determinado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e com o disposto no Termo de Referência, Anexo I do edital.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES (ART. 92, XIV)

- 11.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
- **11.1.1** Manter durante todo o fornecimento do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.
- **11.1.2** Fornecer de forma condizente ao objeto solicitado promovendo por sua conta despesas de transporte e tributos de qualquer natureza, em vista das responsabilidades que lhe cabem na entrega, resguardando a máxima qualidade e quantidade necessária, sempre em conformidade com as especificações em edital e seus anexos.

Rua Estanislau Schumann, 4873 Centro Fone (47) 3629 0066 – CEP 89.478-000 Bela Vista do Toldo – SC

**HOME PAGE:** www.pmbvt.sc.gov.br **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- **11.1.3** Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização do CONTRATANTE.
- **11.1.4** Efetuar a entrega em perfeitas condições e no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações da Proposta, Termo de Referência e do Edital, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;
- **11.1.5** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a Terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo durante o fornecimento dos materiais, respondendo por si e por seus sucessores.
- **11.1.6** Responsabilizar-se por quaisquer objetos/serviço entregues, que se encontrar fora das especificações deste Termo e diferentes das cotadas em sua proposta de preços, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte quatro) horas, após o recebimento da notificação da Secretaria Solicitante.
- **11.1.7** Comunicar o CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que anteceder o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- **11.1.8** Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **11.1.9** Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transportes resultantes da execução do contrato.
- **11.1.10** Não serão aceitos, em hipótese alguma, produtos adulterados ou fora dos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente;
- 11.1.11 Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

# 1000 Calabara do Table 1000 C

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

- **11.1.13** Atender prontamente a quaisquer exigências da administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 11.1.14 Prover todos os meios necessários a garantir a plena operacionalidade da entrega, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 11.1.15 Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência à contratante, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do contrato:
- 11.1.16 A exigência referente ao prazo descrito na ordem das compras se justifica devido ao fato do objeto possuir finalidade em que a demora na entrega poderá prejudicar o andamento das atividades do projeto solicitante.
- **11.1.17** Manter os dados cadastrais atualizados junto à CONTRATANTE.
- 11.1.18 Prestar os serviços conforme determinado pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e com o disposto no Termo de Referência, Anexo I do edital.

### 11.2 – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- **11.2.1** Promover o acompanhamento e fiscalização durante o fornecimento do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas da CONTRATADA;
- **11.2.2** Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado neste Termo;
- **11.2.3** Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no Edital;
- **11.2.4** Expedir a Ordem de Fornecimento por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA;
- **11.2.5** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para o fiel cumprimento das obrigações;
- **11.2.6** Notificar a CONTRATADA, caso constate que as características básicas não correspondem às exigências do presente Termo, que providenciará a substituição, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.



CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

**12.1.** O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A RESERVA DE CARGOS

**13.1.** A CONTRATADA fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência social e para aprendiz (art. 92, XVII).

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: O MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- **14.1.** A fiscalização ficará a cargo da servidora **Sr.**<sup>a</sup> **Fernanda Rusque de Siqueira**, Engenheira Civil Municipal, nomeada pela **portaria de n° 391/2024.**
- **14.2.** O fiscal será responsável pelo recebimento do objeto desta contratação na Unidade onde desempenha suas atividades.
- **14.3.** A falta do objeto licitado, cujo fornecimento incumbe à detentora do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas.
- **14.4.** Em hipótese alguma serão aceitos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: OS CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XIX)

**15.1.** Constituirão motivos para extinção do contrato, devendo ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 137, caput da Lei nº 14.133/2021):

CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

- a) Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- **b)** Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- **d)** Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do **CONTRATADO**;
- **e)** Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- **g)** Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão;
- i) Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- **15.2.** O **CONTRATADO** terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses (<u>art.</u> 137, § 2º da Lei nº 14.133/2021):
- a) Supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no <u>art. 125 da Lei nº 14.133/2021;</u>
- b) Suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) Repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- **d)** Atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

- e) Não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.
- **15.2.1.** As hipóteses de extinção a que se referem as letras "b", "c" e "d" do item anterior observarão as seguintes disposições (art. 137, § 3º da Lei nº 14.133/2021):
- a) Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o CONTRATADO tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;
- **b)** Assegurarão ao **CONTRATADO** o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da <u>alínea "d" do inciso II do *caput* do</u> art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- **15.3.** A extinção do contrato poderá ser (art. 138 da Lei nº 14.133/2021):
- **a)** Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- **b)** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- **15.3.1.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual serão precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- **15.4.** A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, as seguintes consequências (art. 139 da Lei nº 14.133/2021):
- Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

# Old Vista de Colde

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO

CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

- **b)** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- c) Execução da garantia contratual para:
- Ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- **II -** PAGAMENTO de verbas trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, quando cabível;
- Pagamento das multas devidas à Administração Pública;
- IV Exigência da assunção da execução e da conclusão do objeto do contrato pela seguradora, quando cabível;
- **d)** Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.
- **15.4.1.** A aplicação das medidas previstas nas letras "a" e "b" do item anterior ficará a critério da Administração, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.
- **15.4.2.** Na hipótese da letra "b", o ato deverá ser precedido de autorização expressa do secretário municipal competente.
- **15.5.** Os emitentes das garantias previstas no <u>art. 96 da Lei nº 14.133/2021</u> serão notificados pelo **CONTRATANTE** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (<u>art. 136, § 4º da Lei nº</u> 14.133/2021).

### CLÁSULA DÉCIMA SEXTA: FORO (art. 92, § 1º)

**16.1.** É declarado competente o foro de Canoinhas/SC para dirimir qualquer questão contratual.

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

- **17.1.** Em atendimento ao disposto na <u>Lei nº 13.709/2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)</u>, o CONTRATANTE, para a execução do objeto deste contrato, poderá, quando necessário, ter acesso aos dados pessoais dos representantes da CONTRATADA.
- **17.2.** As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

# Note that the same of the same

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. <u>7º</u>, <u>11</u> e/ou <u>14</u> da <u>Lei nº 13.709/2018 (LGPD)</u>, às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- **b)** O tratamento seja limitado para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação de legislação municipal, judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD;
- c) Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria execução do objeto, esta será realizada após prévia aprovação CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.
- I Eventualmente, podem as partes convencionar que o CONTRATANTE será responsável por obter o consentimento dos titulares;
- **d)** Quando houver coleta e armazenamento de dados pessoais, a prática utilizada e os sistemas utilizados que servirão de base para armazenamento dos dados pessoais coletados, devem seguir um conjunto de premissas, políticas, especificações técnicas, devendo estar alinhados com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- I Quando for o caso, os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle de acesso baseado em função e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir, inclusive, a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;
- 17.3. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação. As partes deverão, nos termos deste instrumento, cumprir com suas respectivas obrigações que lhes forem impostas de acordo com regulamentos e leis aplicáveis à proteção de dados pessoais, incluindo, sem prejuízo da <u>Lei nº 13.709/2018</u> (LGPD).

# COLUMN TO THE REAL PROPERTY OF THE PARTY OF

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

- **17.4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados, transferidos, compartilhados, comunicados ou de qualquer outra forma facultar acesso, no todo ou em parte, a terceiros, mesmo de forma agregada ou anonimizada, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- **17.5.** No caso de haver transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, aplicam-se as regras previstas no Decreto Municipal nº XX/202X, que regulamenta a <u>Lei nº</u> 13.709/2018 (LGPD).
- **17.6.** A CONTRATADA oferecerá garantias suficientes em relação às medidas de segurança administrativas, organizativas, técnicas e físicas apropriadas para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais e as especificará formalmente ao CONTRATANTE, não compartilhando dados que lhe sejam remetidos com terceiros.
- **17.7.** A CONTRATADA deverá utilizar medidas com nível de segurança adequadas em relação aos riscos, para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental ou indevida, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados, nomeadamente quando o tratamento implicar a sua transmissão eletrônica, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação.
- **17.8.** As partes zelarão pelo cumprimento das medidas de segurança.
- **17.9.** A CONTRATADA deverá acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização). O eventual acesso às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio, implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos devida e formalmente instruídos nesse sentido o mais absoluto dever de sigilo, por prazo indeterminado.
- **17.10.** A CONTRATADA deverá garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados. Deverá assegurar que todos os seus colaboradores, citados acima, que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE, assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA.

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

**17.10.1.** Ainda a CONTRATADA treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados, assim fornecendo conhecimento formal sobre as obrigações e condições acordadas neste contrato, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE.

**17.11.** As partes cooperarão entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na <u>Lei nº 13.709/2018 (LGPD)</u> e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Órgãos de controle administrativo.

**17.12.** Uma parte deverá informar à outra, sempre que receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito de dados pessoais da outra parte, abstendo-se de responder qualquer solicitação, exceto nas instruções documentadas ou conforme exigido pela <u>Lei nº</u> 13.709/2018 (LGPD) e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**17.13.** O Encarregado da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado do CONTRATANTE, e fica obrigado a notificar ao CONTRATANTE no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais de que venha a ter conhecimento (ainda que suspeito), qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), devendo a parte responsável, em até 10 (dez) dias corridos, tomar as medidas necessárias.

**17.14.** A critério do Encarregado de Dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto à proteção de dados pessoais (RIPD), conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

**17.15.** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminará completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), salvo quando necessite mantê-los para

CNPJ: 01.612.888/0001-86

HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese legal prevista na <u>Lei nº 13.709/2018</u> (LGPD).

**17.15.1.** Ainda que encerrada vigência deste instrumento, os deveres previstos nas presentes cláusulas devem ser observados pelas partes, por prazo indeterminado, sob pena de responsabilização.

**17.16.** Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

**17.16.1.** A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: PUBLICAÇÃO

- **18.1.** Este contrato será publicado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura das partes (art. 94, I da Lei nº 14.133/2021).
- **18.2.** Para fins de garantir a ampla publicidade, este contrato e/ou seu extrato será divulgado:
- I Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP, a partir da adoção pelo Município (art. 176, III c/c p. ú. da Lei nº 14.133/2021);
- II Página do Município de Bela Vista do Toldo/SC (<a href="https://www.pmbvt.sc.gov.br/licitacoes/">https://www.pmbvt.sc.gov.br/licitacoes/</a>);
- III Diário Oficial dos Municípios DOM (art. 176, p. ú., I da Lei nº 14.133/2021).

Bela Vista do Toldo, xx de xxxxxxxxxxxxx de 202x.

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Contratante

Contratada



HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

#### Testemunhas:

CPF: xxx.xxx.xxx-xx CPF: xxx.xxx.xxx-xx

Secretário Municipal de \_\_\_\_\_ Fiscal de Contratos

**VISTO:** xxxxxxxxxxxxxxx

Assessoria Jurídica

# The state of the s

## ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO CNPJ: 01.612.888/0001-86

E-MAIL: compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br

CNPJ: 01.612.888/0001-86
HOME PAGE: www.pmbvt.sc.gov.br

## ANEXO IV DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 1. PESSOA JURÍDICA As exigências de habilitação a serem atendidas pelo fornecedor são aquelas discriminadas nos itens a seguir:
- 1.1. Contrato Social:
- **1.2.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);
- **1.3.** Regularidade com a Fazenda Federal;
- **1.4.** Regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do interessado;
- **1.5.** Regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do interessado;
- **1.6.** Regularidade com o FGTS;
- **1.7.** Regularidade com a Justiça do Trabalho;
- **1.8.** Certidão de Falência e Concordata, negativa ou positiva com efeitos de negativa;
- **1.9.** Atestado de Capacidade Técnica: Apresentação de dois ou mais Acervos Técnicos, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente vistados no CREA ou transcritos de seu acervo, em que figurem os profissionais relacionados na declaração de que trata o item 10.0 do Termo de Referência, comprovando a execução, em cada atestado, de serviços compatíveis em características e complexidade aqueles relativos ao objeto da presente licitação.
- **1.10.** Relação de indicação de Equipe Técnica, contendo no mínimo um Engenheiro Civil com a comprovação de vínculo: carteira de trabalho; contrato social, se for sócio; contrato de trabalho ou declaração de contratação futura, com declaração de anuência do profissional.
- 1.11. Declaração Unificada (Anexo V);
- **1.12.** Modelo de Proposta (Anexo II);
  - 1.12.1. <u>DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:</u>
- **1.12.1.1.** Conter o preço total do objeto, em algarismo e por extenso, com duas casas decimais, em moeda nacional, considerando tudo que componha o preço global final, tais como BDI, tributos, mão de obra, despesas diretas e/ou indiretas, estando as especificações, unidades e quantidades de serviços compaveis com as constantes da planilha orçamentária.
  - **1.12.1.2.** O critério de julgamento da proposta é o menor Preço Lote.



HOME PAGE: <a href="https://www.pmbvt.sc.gov.br">www.pmbvt.sc.gov.br</a>
E-MAIL: <a href="mailto:compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br">compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</a>

## ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina

### PROCESSO ADMINISTRATIVO XXX/2024 - PREF DISPENSA ELETRÔNICA № XXX/2024 - PREF

Pelo	presente	in	strume	nto,	а	empresa		,	CNPJ	nº
	,	com	sede	na			, at	ravés de se	u represent	ante
legal infra-assinado, que:										

- 1. Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2. Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3. Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- **4.** Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
- **5.** Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da lei nº

# 160 t 151 to 1610 1984

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DO TOLDO
CNPJ: 01.612.888/0001-86

**HOME PAGE:** <u>www.pmbvt.sc.gov.br</u> **E-MAIL:** <u>compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br</u>

8.213/91, se couber;

- **6.** Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- **7.** Declaramos para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que está empresa, na presente data, é considerada:
  - ( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
  - ( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.
  - ( ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1° do Decreto n° 8.538/2015.
  - **7.1** Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
  - **7.2** Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

,	de 2024
,	

Assinatura do Responsável pela Empresa: (Nome Legível/Cargo)